

## **5a. PARTE — TRANSCRIÇÕES**

## ENTRE O REALISMO E O SIMBOLISMO

(Resposta sarcástica à Academia Francesa, que outros jovens cearenses haviam criado em 1873, a Padaria Espiritual do Ceará oscilava entre duas tendências literárias.)

**Wilson Martins**

Considerada por Sânzio de Azevedo como “a mais original de todas as inúmeras agremiações culturais que existiram no Ceará”, a Padaria Espiritual, fundada em 1892, não foi apenas mais uma das sociedades de escritores em botão que aparecem e desaparecem pelo Brasil afora com a regularidade das gerações. Embora despercebido de historiadores e críticos, ela foi, antes e acima de tudo, a resposta sarcástica à Academia Francesa que outros jovens cearenses haviam criado em 1873. Esta última, pretendendo fazer aceitar, pela ironia evidente, um nome que poderia parecer pretensioso, endossava, com evidência não menor, as convenções literárias e sociais predominantes: não tinha vindo para revolucionar e destruir, mas, ao contrário, para conservar e imitar; cerca de vinte anos mais tarde, a Padaria Espiritual fazia troça, desde logo, da expressão consagrada e sublitéria de “pão do espírito”, apresentando os membros como outros tantos padeiros atarefados ao redor do forno: “A Padaria Espiritual se comporá (sic) de um Padeiro-mor (presidente), de dois Forneiros (secretários), de um Gaveta (tesoureiro), de um Guarda-livros, na acepção intrínseca da palavra (bibliotecário), de um investigador das Coisas e das Gentes, que se chamará — Olho de Providência, e demais Amassadores (sócios). Todos os sócios terão a denominação geral de — Padeiros.” Era o que dizia o artigo II dos Estatutos.

Sua história, conhecida desde o livro clássico de Leonardo Mota (1938), não escapou das mitificações e mistificações historiográficas comuns nesses casos, tanto mais que o órgão oficial, apropriadamente intitulado "O Pão", de há muito passara para a categoria inevitável de raridade bibliográfica, agora reparada pela edição fac-similar promovida conjuntamente pela Universidade Federal do Ceará, pela Academia Cearense de Letras e pela Prefeitura Municipal de Fortaleza, com introdução de Sânzio de Azevedo. É, de fato, a primeira edição completa de "O Pão" em volume único e de cômodo manuseio (faltando apenas a numeração corrida das páginas, para facilitar a consulta e as remissões), pois os seus 36 números publicados, com as interrupções costumeiras, entre 1892 e 1896, sobreviveram em poucas coleções completas, conforme esclarece a "Nótula" inicial de Cláudio Martins, presidente da Academia Cearense de Letras. Leonardo Mota distinguia "duas fases distintas" na sua existência: os seis primeiros números (ju'ho a novembro de 1892), "vivo espelho do espírito de troça que animava os revolucionários letrados da terra dos cabeças-chatas", e os restantes, refletindo uma "época de seriedade e de trabalho", aparecendo do início de 1895 a outubro do ano seguinte.

### **"BURGUESES" E "ARTISTAS"**

Se a Academia Francesa (tanto a original quanto a cearense) ressentia-se das suas origens "burguesas" e conservadoras, a Padaria Espiritual retomou desde logo a polarização romântica que opunha, em extremos opostos, como inimigos irreconciliáveis e mutuamente depreciativos, o "artista" e o "burguês". Com isso, os Padeiros tiveram a surpresa de cair na própria armadilha, porque, afinal de contas, e pela força das coisas, eram os "burgueses" que lhes podiam conferir não só legitimidade literária, mas ainda e sobretudo, através de publicidade paga, os indispensáveis meios de subsistência. "O Pão" morreu, com o sexto número, de "caquexia pecuniária", conforme o diagnóstico de Antônio Sales, e, quando reapareceu, cerca de dois anos mais tarde, reservava, em geral, uma

a duas páginas inteiras à propaganda comercial que parece ter-lhe generosamente contribuído para a sobrevivência.

Contudo, não é a modificação mais importante. Na primeira fase, "O Pão" era uma revista de espírito acanhadamente provinciano, sem conteúdo intelectual e veiculando aflitivas amostras de humorismo suburbano (que Sâncio de Azevedo, na minha opinião, admira mais do que merece). Na segunda fase, deparamos com um pão fresco e de boas qualidades nutritivas, para prolongar um pouco a metáfora em que os Padeiros se compraziam. Trata-se, então, de uma revista literária comparável às que se publicavam pelo País afora, sem excluir o Rio de Janeiro, como se comprova pela repercussão obtida e pela estima (inclusive colaboração) dos literatos mais em evidência.

Com isso, os sarcastas de 1892, claramente sem perceber o que ocorria, passaram a viver a incongruência de uma evolução paradoxal: enquanto haviam desafiado o "estabelecimento", não conseguiram impor as próprias concepções estéticas, as idéias e o estilo que deviam identificá-los; só foram vitoriosos quando aceitaram as regras do jogo e, por sua vez, se "emburguesaram". Em matéria de estilo (porque é somente pela renovação estilística que a literatura se renova), os Padeiros foram uma geração sacrificada, situando-se nas fronteiras incômodas em que a província ainda se debatia na incerteza espiritual entre o Realismo, triunfante nos grandes centros, e o Simbolismo, que lhe disputava a primazia com o prestígio da novidade e se beneficiava com a mudança de clima intelectual (a renovação do espiritualismo, por um lado, e, por outro, o conseqüente desprestígio da ciência positiva, em que Rodolfo Teófilo, um dos seus membros mais destacados, ainda acreditava com a candura ao mesmo tempo arrogante e ingênua do autodidata).

### **CONFLUÊNCIA DAS GERAÇÕES**

Contando entre os seus membros "pelo menos dois poetas indubitavelmente simbolistas: Lopes Filho e Lívio Barreto", é errôneo encarar a Padaria Espiritual como um agrupamento dessa estética, pensa, com razão, Sâncio de Azevedo. A ver-

dade é que não se sabe realmente o que era, a admitir que eles próprios o soubessem. Não eram tampouco realistas ou naturalistas: a revista acolhe, em sucessivos números, exaustivo estudo em que Rodolfo Teófilo condenava "A Normalista" por não o ser suficientemente da mesma forma, Adolfo Caminha, em artigo conhecido, mais tarde recolhido nas "Cartas Literárias", ironizava os excessos naturalistas de Rodolfo Teófilo. A revista tomou claramente o partido deste último, não só lendo os artigos, mas, ainda, a série em que responde às críticas que lhe tinham sido feitas. Mais ainda: assinando a 1.ª de outubro de 1895 a seção de "Bibliografia", Moacir Jurema, redator permanente da revista, concluía que as "Cartas Literárias", sendo "uma nova afirmação do talento de Adolfo Caminha, são ao mesmo tempo a negação completa, irremediável, de suas aptidões para crítico".

Quanto ao Simbolismo, sua posição é dúbia: em sucessivas notas da seção "Imprensa literária", "O Pão" recebeu com simpatia a revista "O Cenáculo", órgão desse grupo no Paraná, cujo aparecimento foi registrado a 1.º de junho de 1895: "É este o título de uma revista mensal que começou a ser publicada na capital do Paraná sob a direção de Dario Veloso, Silveira Neto, Júlio Pernetta e Antônio Braga. Boa prosa de Júlio Pernetta e dois belos sonetos de Emílio de Menezes destacam-se nestes dois números, onde aliás se encontram outros excelentes trabalhos e aos quais acompanham, em folha solta, os retratos dos drs. Ciro Veloso e Ermelindo (sic) Leão." A 15 de agosto, registrando o aparecimento do fascículo 3 da "excelente publicação", destaca "o primoroso soneto Mãe" de Leoncio Correia. A 15 de dezembro, o fascículo 7 desperta elogios ainda mais entusiasmados: "Cada vez mais bem orientada e interessante continua essa bela publicação paranaense. O presente fascículo tanto tem de variado como de atraente. Acompanha-o o retrato e biografia do esquisito (sic) poeta belga Ivan Gilkin, autor da Danação do Artista e do Satã, dois livros sugestivos onde vibram os nervos de um torturado e tresloucado pela arte moderna. Dario Veloso, Silveira Neto, Jean Itiberé, Júlio Pernetta e Romário Martins firmaram magníficos trechos de prosa e verso nesse número do Cenáculo, que está, como já dissemos, variado e bom."

## A POLÊMICA DA NORMALISTA

Dir-se-ia que “O Pão” havia aderido à nova estética, nada fazendo prever o destampatório com que recebeu na secção bibliográfica, a 31 de agosto de 1896, o livro “Esquifes”, do mesmo Dario Veloso tão elogiado pela orientação que vinha imprimindo ao “Cenáculo”: **“Por mais que progrida, jamais conseguirá esta pobre humanidade por-se ao abrigo das mistificações. Não há idéia extravagante que não encontre prosélitos desde que um fanático as propague com calor e convicção. (...) Na literatura deu-se há pouco tempo uma curiosa mistificação com o aparecimento do decadismo, simbolismo, nefelibatismo ou como quer que se chame. (...) O desequilíbrio de Verlaine desequilibrou uma boa falange dos novos franceses, que entraram a escrever coisas sibilinas, arvesadas e abracadabrantes. (...) Eis aí como se formou o critério público sobre os decadistas, que dentro de pouco tempo tinham sectários em toda a parte, inclusive no Paraná, na pessoa do sr. Dario Veloso. / Este cavalheiro tomou a coisa ao sério, obse-dou-se e... zás começou a escrever, no estilo dos Gongoras do Quartier Latin, um livro que, não sabemos por que, chamou Esquifes. / Acabamos de folhear esta obra e nela encontramos a forma palavrosa, desconjuntada e confusa, característica do decadismo. / Disparates, maiúsculas, pieguices sutilíssimas — eis a receita para fabricar livros como o do sr. Dario Veloso (...).”**

A resenha terminava aconselhando o autor a trabalhar numa “obra sadia e simples”, a humanizar-se e a pôr fora “toda essa traquitanda de termos esquipáticos e construções bizarras, convencendo-se de que a extrema perfeição em tudo consiste na extrema simplicidade”. Dario Veloso, ao que parece, estava pagando pelas desinteligências que haviam surgido pouco antes entre os Padeiros e os nefelibatas. De fato, a 1.º de outubro de 1895, a secção “Imprensa literária” ajustava contas com a revista “A Tebaida”: **“Temos à vista o n.º 3 desta revista que jugou à sua Alta Espiritualidade divertir-nos à sua custa. / O sr. Alves de Faria e Pedro Celeste occupam-se conosco naquela linguagem arevesada que os nefelibatas inventaram para transmitir ao público bestificado as suas**

amarguradas cogitações de ciliciados — da camisola de força. / Alves de Faria chama a nossa revista de ‘impossivelmente imbecil’ (que beleza de expressão!) e Pedro Celeste chama-a de ‘chuva de fogo dos doestos’ que promete receber com a beatitude e resignação com que talvez receba a outra que lhe roreja o estômago. (...) Agridem-nos os malandros gratuita e virulentamente, e quando respondemos apontando-lhes os deploráveis erros em que caem a cada passo, replicam-nos com uns ares de mártires circunscritos à letra do Evangelho. / Já é ser tartufos!’

Isso dá o tom do debate e explica, mais uma vez, que as grandes opções doutrinárias e estéticas são com frequência tomadas a partir de animosidades pessoais. De uma forma geral, “O Pão” andava mais próximo do Realismo e do Parnasianismo (seu correspondente em poesia) que do Simbolismo e das deliquescências. Assim, por exemplo, na já referida série de artigos sobre “A Normalista”, Rodolfo Teófilo censurava antes de mais nada que não fosse suficientemente realista ou naturalista (como ele mesmo procurava ser nos seus próprios romances, recebendo, por isso, as críticas retorsivas de Adolfo Caminha): **“Um romance fundido nos moldes do naturalismo moderno, expurgado das obscuridades da ‘Carne’ e da eretomania do ‘Homem’ pensei, e comecei a leitura com a maior isenção de ânimo. Logo nas primeiras páginas vi com pesar que o autor se afastava do plano, desprezando o conselho de Balzac, que à descrição da vida burguesa em Fortaleza faltava cor local, que o esboço era imperfeito e que a ação seria defeituosa. / Um casebre de porta e janela na rua do Trilho, coberto de fuligem e com um piano na sala de visitas! (...) Mais fiel não foi o autor da ‘Normalista’ quando descreve o sertão do Ceará no período da seca de 1877. (...) Mendonça assiste ao aniquilamento de sua fortuna pastoril, luta no sertão até ver estrebuchar a última rês; perde tudo, e depois emigra para a Fortaleza, com a família, não a pé, confundindo-se com os famintos no préstito da fome, mas todos montados e com os alforjes cheios de carne salgada e farinha”.**

Rodolfo Teófilo continua a enumerar inverossimilhanças dessa espécie, inclusive no desenho dos caracteres e sem excluir os episódios da Escola Normal (para nada dizer das api-

mentadas cenas sexuais segundo as receitas naturalistas). Oficial de Marinha, o romancista conhecia mal, a julgar pelo que escreve, a paisagem do seu próprio Estado, como ao situar a casa de mestre Cosme, a um quilômetro da cidade, “entre bre-nhas de matapasto e camapus”. Ao que parece, ele tomou essa vegetação rasteira por espessa floresta tropical, para gáudio de Rodolfo Teófilo: “Uma brenha de matapasto e camapus! Pobres subarbustos ânuos, raquíticos e enfezados; vegetando miseravelmente no estéril areal da Aldeota, tivestes também uma apoteose no livro do sr. Caminha. E quando os teus congêneres nos terrenos ricos de húmus e de argila morrem no fim do inverno, tuas **frondes**, semelhantes às **frondes** das mangabeiras da praça do Patrocínio, vivazes e perenes se elevam, se cruzam formando uma brenha, onde há dez anos dorme a sesta o mestre Cosme...”

Pela minúcia da análise, apoiada em passagens concretas do romance e no conhecimento da região, Rodolfo Teófilo escreveu, com esses artigos, a melhor e mais completa de todas as críticas existentes sobre “A Normalista”. Isso não significa, bem entendido, que os seus próprios romances fossem melhores, muito pelo contrário, conforme Adolfo Caminha não teve dificuldade em demonstrar a propósito de “A Fome” (crítica a que Rodolfo Teófilo responde, em outra série de artigos, a partir de 1.º de outubro de 1895). Havia irreparável incompatibilidade entre Adolfo Caminha e o grupo de Fortaleza: “Conhecemos de perto o Caminha”, dizia a nota bibliográfica sobre as “Cartas Literárias” (1.º/10/1895), “e sabemos perfeitamente que o seu critério está a todo o instante à mercê das suas paixões, e que ele não recua perante uma injustiça, contanto que essa injustiça sirva de válvula a um ressentimento”.

## UM SONETO PREMONITÓRIO

Em plano mais ameno, terminemos a leitura de “O Pão” com o soneto premonitório e brasileiramente eterno, transcrito das “Produções da Caducidade”, do Pe. Correia de Almeida (figura que está reclamando com urgência o estudo reparador do esquecimento em que caiu). A República Brasileira conhe-



cia então, em 1896, na pessoa de Prudente de Moraes, o seu primeiro presidente civil:

Governou a república um soldado.  
E governa a república o paisano;  
O supremo poder tem funcionado  
Do modo mais feroz ou mais humano

Depois de assim ter sido revezado  
Que será de hoje a pouco mais de um ano?  
Deverá ser eleito algum togado?  
Deverá ser eleito um miliciano?

Para que se não dê desgosto às partes,  
Pode, sem se empregar as malas artes,  
Salvar-se a das mais justas ambições

É o melhor dos alvitres que se eleja  
Um **general civil**, que então se veja  
De espada e de casaca e de calções.

O curioso é que a nota bibliográfica comentava o soneto com as seguintes palavras: “Concordemos que isto é admiravelmente dito e tem um intenso sabor de atualidade...”. Poderíamos repeti-lo em 1982.

(Transcrito do **Folhetim**, da Folha de S. Paulo, 26-12-1982).